



**FORÇA AÉREA**

**GABINETE DE  
COORDENAÇÃO**

35  
TEXTO DE APOIO Nº 11AG075  
Lisboa, -----

Assunto: Documento Melo Antunes.

1. Convindo clarificar a situação resultante da vinda a lume da posição defendida por um grupo de Oficiais, agora suspensos das suas funções do Conselho da Revolução, expressa no "Documento Melo Antunes", apresentam-se em seguida algumas considerações divididas em dois grupos:

A - Sobre o conteúdo do Documento

B - Sobre a oportunidade da sua divulgação.

2. Em anexo envia-se também uma cópia do "Documento Melo Antunes" para análise e discussão nas Unidades tendo em conta o disposto na MSG BF455AG075 difundida pela RAUM, por ordem do CEMFA.

O GABINETE DE COORDENAÇÃO DO MFA NA FAP







## FORÇA AÉREA - GABINETE DE COORDENAÇÃO

TEXTO DE APOIO Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

CONTINUAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

35 11 8 75

1

RESERVADO

PROIBIDA A REPRODUÇÃO MESMO PARCIAL

### A - SOBRE O CONTEÚDO DO "DOCUMENTO MELO ANTUNES"

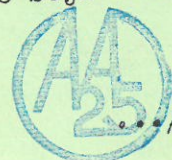
#### 1. APRECIÇÃO GERAL

Este documento é um texto com algumas generalidades e lugares comuns idênticos aos divulgados nos últimos tempos pelas direcções do CDS, do PPD e do PS. De facto, não apresenta qualquer proposta concreta de sinal positivo, ou seja, é um documento que tem como função aparente opor vazias formulações pseudo-científicas criticistas aos reais avanços já efectivados ou programados da revolução portuguesa para o socialismo.

Portanto, não é, como muitos querem fazer crer, uma contra-proposta de acção governativa. É sim, uma tentativa de congregar militares menos esclarecidos ou hesitantes e que acabaria por arrastar até elementos contra-revolucionários, para um objectivo que surge claramente na última página: derrubar "a actual equipe dirigente" e, eventualmente, parar a revolução. Tal como ia acontecendo com o abaixo-assinado de Agosto 74.

Se apreciarmos as coincidências que rodeiam o aparecimento deste texto veremos com nitidez o perigoso papel que poderia desempenhar:

- No dia anterior, Melo Antunes e outros signatários reúnem-se no MNE com o secretário-geral e outros elementos do PS;
- Enquanto o documento começa a circular nos meios militares para recolha de assinaturas, o JORNAL NOVO publica-o à mistura com um título falso, OTELO NÃO SIGNATARIO - MAS APOIA;
- Ao mesmo tempo, o secretário-geral do PS, em carta - aberta, incita o Presidente da República a não dar posse ao novo Governo e a tomar o poder com o apoio do PS;
- Na manhã do mesmo dia, a direcção do CDS, em conferência de imprensa, defende posições idênticas ao documento e ao secretário-geral do PS, e propõe que seja revisto o Pacto MFA-Partidos e que o PS seja encarrega





do de formar Governo.

## 2. SOCIALISMO

Diz-se no documento "...a partir sobretudo das eleições gerais para a Assembleia Nacional Constituinte, a via para o Socialismo passou a ter carácter irreversível" (pag. 2).

De facto, os subscritores omitem tudo o que foi a dura luta pela democracia e pelo socialismo antes do 25 de Abril e durante o 1º ano da Revolução. Para eles as vitórias do POVO e do MFA sobre todos os contra-revolucionários no golpe Palma Carlos, na crise de Agosto de 74, no levantamento colonialista de Lourenço Marques, no 28 de Setembro, no 11 de Março, não são dignas de menção como passos irreversíveis para o socialismo.

Mas aquele elogio das eleições para a Assembleia Constituinte (ã qual chamam disfarçadamente Assembleia Nacional Constituinte!) e estes esquecimentos têm um sentido, que descobrimos quando lemos algo mais e vemos que acham que "o desmantelamento de meia dúzia de grandes grupos financeiros e monopolistas" (pag. 2) é coisa pouca; que as nacionalizações, pelo menos ao ritmo praticado, são até um mal; que seria desejável a manutenção do "Tecido social e cultural pré-existente" (o do fascismo!) (pag. 2); que a "decomposição das estruturas do Estado" (fascista) não é desejável (pag. 3). E vem então "a descoberta": o socialismo constroi-se com a "estratégia alternativa" da formação dum amplo e sólido bloco social de apoio a um projecto nacional de transição para o socialismo."

Portanto, parece poder concluir-se do documento que:

- Desmantelamento dos monopólios? É pouco
- Nacionalizações? Mais devagar
- Tecido social e cultural (do Fascismo)? Manter
- Destruição do aparelho de estado (fascista)? Não é desejável





## FORÇA AÉREA - GABINETE DE COORDENAÇÃO

TEXTO DE APOIO Nº 35 DE 11 & 75.

CONTINUAÇÃO Nº 2

RESERVADO

PROIBIDA A REPRODUÇÃO  
MESMO PARCIAL

### 3. A REACÇÃO

No documento não se referem as forças e as manobras da reacção. Não existem contra-revolucionários. O que há são erros dos revolucionários.

Os ataques bombistas, a violência fascista das últimas semanas pondo de rastos o direito de reunião, de livre expressão do pensamento, de associação, têm como "causa profunda" erros de direcção política e "desvios graves de orientação no interior do Próprio MFA". Não poderá isto parecer a protecção dos fascistas e contra-revolucionários de toda a espécie que semeiam o terror no distrito de Braga e de Aveiro, e de Leiria, nos Açores, e na Madeira?

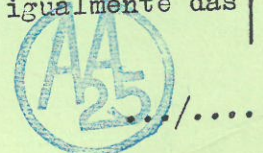
Não parecerá esta a tese do Secretário-geral do PS de que "quem se meia ventos colhe tempestades", tese que dá cobertura aos ex-legionários e "elms" que fizeram os últimos atentados terroristas?

### 4. A CRISE ECONÓMICA

"Aproxima-se o momento mais agudo duma crise económica gravíssima, cujas consequências não deixarão de se fazer sentir no nível duma ruptura, já iminente, entre o MFA e a maioria do povo português" (pag. 3).

Uma afirmação deste teor torna-se tanto mais estranha quanto provém de um elemento que chefiou um grupo de trabalho que, ao fim de cerca de três meses de trabalho, elaborou o famoso "Plano Económico-Social de Emergência", também chamado "Plano Melo Antunes/Rui Vilar". Esse plano, elaborado para um período de 3 a 5 anos, a ser posto em prática, manteria intacto o poderio económico, e consequentemente político, dos grandes grupos monopolistas, nacionais e estrangeiros. Que medidas concretas tomou a equipe Melo Antunes/Rui Vilar para evitar a agudização da crise económica?

Aliás, os subscritores não apontam aqueles que trabalharam e trabalham afanosamente para conseguir o caos económico. Não falam na sabotagem dos banqueiros e dos grandes agrários. Não falam nos fascistas que sangram as reservas de divisas do nosso país, exportando clandestinamente capitais (v. o último comunicado do Banco de Portugal). E não falam igualmente das





pressões económicas e boicote dos países capitalistas e do imperialismo.

E o que propõem: reforço e aprofundamento das nossas relações "com certos espaços económicos (CEE, EFTA), aqueles mesmos a quem Salazar e Caetano hipotecaram o país. Que alternativa é esta serão a que serve aos monopólios europeus e americanos?

## 5. MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Sobre os meios de comunicação social, "particularmente os nacionalizados", os signatários retomam as acusações do secretário geral do PS, após a saída de Raul Rego e Sanches Osório do Ministério da Comunicação Social, quanto ao "rígido controle partidário que sobre eles se exerce". No entanto não houve uma só palavra quanto à imprensa fascista que intoxica os espíritos de milhares de portugueses, em particular na província. O melhor desmentido não será a ampla e profusa difusão que o "documento de Melo Antunes", teve nos meios de comunicação social?

"Como se isto não fosse já bastante, foi-se ao cúmulo de preparar um projecto de diploma que, ao instituir uma "comissão de Análise" (e por que não "comissão de censura"?). ... Será que os signatários ignorem que, para concretização do PAP, o CR, de que fazem parte e que na altura nada disseram, pediu ao MCS a elaboração de tal projecto de diploma? Ou será, antes, que defendem e desejam que, em nome das "liberdades", as forças contra revolucionárias, os exploradores do nosso povo, continuem a expressar-se sem qualquer entrave?

## 6. A INDEPENDENCIA NACIONAL

Os "apartidários" subscritores "reclamam e lutam por uma autêntica independência nacional (tanto política como económica)" (pag. 7).

Neste combate constata-se o apoio expresso das forças fascisantes, conservadoras e sociais-democratas (CDS, PPD e PS) e de grupos pseudo-revolucionários da ultra-esquerda (AOC, "O Grito do Povo"). Foi certamente com o objectivo de expressar a concordância e o apoio da AOC que o





FORÇA AÉREA - GABINETE DE COORDENAÇÃO

35 11 8 75  
TEXTO DE APOIO Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

3  
CONTINUAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

RESERVADO  
=====

PROIBIDA A REPRODUÇÃO  
MESMO PARCIAL

dirigente Guinote se encontrou no Restelo, no passado dia 9 de Agosto, com alguns dos signatários.

Qual a razão por que as forças conservadoras e reaccionárias apoiam a política de "autêntica independência nacional" proposta por Melo Antunes? Porque sabem que esta frase bonita poderá ser canalizada para objectivos totalmente diferentes. Senão vejamos a actuação governativa tanto de Mário Soares como de Melo Antunes no MNE. Que o digam as embaixadas comerciais dos países socialistas que se têm deslocado a Portugal. Que o diga a Argélia e demais países árabes interessados em estabelecer intercâmbio comercial e realizar investimentos em Portugal.

Ao reclamarem a "autêntica independência nacional", simultaneamente, pregam o respeito do "contexto geo-político e estratégico" em que nos encontramos, isto é, defendem a continuação de Portugal na órbita do imperialismo.

Gato escondido com rabo de fora?

### 7. A DESCOLONIZAÇÃO

As referências feitas no "documento Melo Antunes" ao problema da descolonização, em particular a Angola, pelo menos, são algo ambíguas. Esta ambiguidade mais avoluma com as declarações proferidas ao DN de 9AGO75 por um dos signatários, o major Vítor Alves.

Defenderão, tal como o fez o ex-General Spínola, um acordo preferencial com os "movimentos de libertação" e em particular com a FNLA? Os subcritores não terão nenhuma responsabilidade no processo de descolonização? Ou preparam-se para abandonar o barco no momento difícil?

### 8. O MFA E O PODER

"O MFA só teve accitação universal enquanto aparelho autónomo de produção política e ideológica".

Esta frase revela considerável afastamento da realidade por parte





dos subscritores. Para eles o MFA caiu do céu feito pelo espírito e pelo co<sup>o</sup>ração" de um punhado de oficiais. O MFA não tem nada a ver com a luta de classes, não tem nada a ver com a longa luta do Povo Português contra o regime fascista. Estava acima de tudo e de todos.

Para os signatários, esta situação altera-se quando o MFA se vê enleado nas manipulações politiqueras de partidos e organizações de massas", que utilizaram para se instalarem "um pouco por toda a parte", formas selvagens e anarquizantes do exercício do poder". Mais adiante acrescentam que repelem energicamente "vagas concepções populistas de feição anarquizante".

Os signatários não dizem quando é que o MFA se viu "enleado nas manipulações politiqueras". Terá sido quando tomou posição pela unidade sindical contra o pluralismo defendido, simultaneamente, por forças fascistas e fascizantes e por forças conservadoras (PPD) e sociais democratas (PS). Para estes senhores, a história do MFA sintetiza-se em dois períodos, um primeiro, afastado das lutas de classes, mantendo-se puros; segundo, enleado nas manipulações partidárias".

Em outro ponto, referem-se "ao mar encapelado de decisões arbitrárias duma 5ª Divisão do EMGFA, duma Assembleia do MFA, de Assembleias militares ad-hoc reunidas imprevista e misteriosamente, de Gabinetes de Dinamização, do Conselho da Revolução, do COPCON, de sindicatos, etc."

Que é isto senão o pôr em causa toda a acção desenvolvida pelos órgãos do MFA desde o 25 de Abril? Que distingue estes ataques ao MFA dos desencadeados pelo ex-General Spínola em 1974?

"A clarificação deste problema (questão do poder) é tarefa prioritária". Esta é a grande verdade do documento.

Essa clarificação, passa pela ultrapassagem definitiva do divisionismo e pela tomada de medidas que garantam o triunfo às massas populares e a todas as forças progressistas, que procuram, enfim, acompanhar a caminhada do Povo Português para o Socialismo.

Passa pela decapitação da contra revolução a nível militar e civil e pela criação de um sólido poder revolucionário que leve a bom termo as ingentes tarefas nacionais.

Pel'º GABINETE DE COORDENAÇÃO DO MFA





B - SOBRE A OPORTUNIDADE DA SUA DIVULGAÇÃO

1. Independentemente do conteúdo do documento, caracterizado por generalidades e lugares comuns não apresentando nenhuma alternativa concreta, importa tecer algumas considerações sobre a oportunidade da sua divulgação.
2. Desde há alguns meses se vinham realizando no seio do Conselho da Revolução grandes discussões sobre a situação política conduzindo a um impasse em que a reunião do Alfeite foi o dado público revelador.
3. Perante a inoperância que se estava a instalar num órgão de decisão de fundamental importância para a vida do país, os membros do CR acordaram na Constituição de um Directório composto pelo Presidente da República, pelo Primeiro Ministro e pelo Comandante do COPCON, o qual deveria definir a linha política a seguir.
4. A AMFA, como órgão mais representativo do MFA, congratulou-se com a decisão do CR, sugerindo a centralização de poderes no Directório e reafirmando uma vez mais total apoio e confiança ao Directório e em particular, ao Primeiro Ministro Vasco Gonçalves.
5. O Conselho da Revolução veio posteriormente ratificar a proposta da AMFA.
6. Nessa Assembleia, que se revestia de especial importância, pelo momento que então se vivia, esperava a grande maioria dos seus membros que nela se viesse a travar uma salutar discussão para clarificação das posições em confronto. Ficou a Assembleia surpreendida quando verificou que a quase totalidade dos elementos do CR hoje subscritores do chamado "Documento Melo Antunes", não estavam presentes. Por proposta da Assembleia e sabendo-se que grande parte dos referidos oficiais se encontravam reunidos perto do local onde decorria a Assembleia, o Presidente da República ordenou que os membros fossem chamados a comparecer.





Os oficiais em questão continuaram, no entanto, sem se apresentar, tendo no final da Assembleia enviado uma carta dirigida ao Presidente da República, na qual os signatários apresentavam como uma das razões da sua ausência, o não atribuírem representatividade à AMFA.

Esqueciam assim estes oficiais que, negando a representatividade da AMFA, estavam eles próprios a contestar a sua legitimidade como membros do Conselho da Revolução, uma vez que essa condição lhes havia sido conferida pela própria AMFA.

7. Ao recusarem-se a comparecer em Assembleia, os militares actualmente subscritores do "documento Melo Antunes" escusaram-se ao confronto de ideias e à discussão cara à cara, negando assim os mais elementares princípios de ética militar e ética revolucionária.

8. Posteriormente à fuga à livre e aberta discussão no seio do órgão mais representativo do MFA, consagrado constitucionalmente e responsável pela nomeação dos membros do CR, os oficiais em causa desenvolveram intensa actividade de contactos em unidades e que, objectivamente, levava a que se instalasse no seio das FA, e em especial no seio dos oficiais, uma certa confusão sobre o que se estava a passar.

9. São o MFA e o país surpreendidos na passada semana com o aparecimento a público de um documento subscrito por nove oficiais que passa a circular em várias unidades do país.

10. No momento em que, após de alguns dias de impasse político, são dados amplos poderes ao Directório com o fim de solucionar a crise de poder, criando-se assim as condições necessárias para que a coesão e a firmeza na execução de decisões passem a caracterizar a acção governativa e, sobretudo, a união e disciplina revolucionária de todo o MFA; num momento em que também haviam sido já ultrapassadas as dificuldades para a formação do governo, tendo em conta que a estabilidade político-governativa





FORÇA AÉREA - GABINETE DE COORDENAÇÃO

TEXTO DE APOIO Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

CONTINUAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

35 11 8 75

2

tiva é condição essencial para que o governo venha efectivamente resolver os grandes problemas socio-económicos que resultam da intensa e progressiva alteração das estruturas sociais tradicionais, o aparecimento do documento outra coisa não visa senão:

- a - Impedir a todo o custo que o General Vasco Gonçalves formasse Governo;
- b - Através de pressões das mais diversas e coordenadas com forças políticas estranhas ao MFA, levadas a cabo nos diferentes centros de decisão, procuravam explorar diferentes concepções políticas, alimentando a divisão e a confusão com vista ao prolongamento da crise.

Pel' O GABINETE DE COORDENAÇÃO DO MFA

*Handwritten signature*







FORÇA AÉREA - GABINETE DE COORDENAÇÃO

TEXTO DE APOIO Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

CONTINUAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

AO TEXTO DE APOIO Nº. 35, de 11AGO75

DOCUMENTO MELO ANTUNES

"Sr. Presidente da República

Excelência.

1. Os recentes desenvolvimentos da situação política em Portugal, incluindo o que tem vindo a processar-se no interior das Forças Armadas, decidiram um grupo de oficiais a tomar uma posição crítica relativamente aos acontecimentos mais em foco no desenrolar dos diversos episódios que têm pautado a conturbada vida política dos portugueses nas últimas semanas.

Parece a esses oficiais que se chegou a um ponto crucial do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974 e que é o momento das grandes opções, tomadas com serena e inquebrantável energia, em relação ao futuro deste país.

Parece-lhes, também, que é o momento de se clarificarem posições políticas e ideológicas, terminadas com ambiguidades que foram semeadas e progressivamente alimentadas por todos aqueles que, dentro e fora das Forças Armadas, estavam interessados no descrédito de uns tantos para melhor poderem fazer valer e impor as suas próprias ideias.

Recusam, à partida, os oficiais que por esta forma se manifestam, o epíteto de "divisionistas" com que têm tentado denegri-los, tendo-se chegado ao escandaloso despudor de se sugerir a sua expulsão das F.A.. Eles não abdicam do seu direito de crítica, direito esse que, num tão grave momento da vida nacional, assume o carácter de dever patriótico.

2. O Movimento das Forças Armadas nasceu do espírito e do coração de um pu

.../...





nhado de oficiais democratas, patriotas e antifascistas que decidiram pôr termo a uma longa noite fascista e iniciar com todo o povo português; uma nova caminhada de paz, progresso e democracia, na base de um Programa Político universalmente aceite e respeitado. Sabe-se como as grandes movimentações de massas populares abriram novas perspectivas à revolução democrática iniciada em 25 de Abril de 1974 e como, a partir sobretudo das eleições gerais para a Assembleia Nacional Constituinte, a via para o socialismo passou a ter carácter irreversível.

O "Programa do Movimento das Forças Armadas" era o elemento teórico da revolução democrática mas continha já o essencial das propostas políticas que apontavam para um dado modelo de socialismo. Em virtude disso, o pensamento de esquerda subjacente à elaboração do "Programa" não foi em nada ferido pelos chamados "avanços do processo revolucionário", onde e quando esses "avanços" corresponderam efectivamente à destruição das estruturas políticas, económicas e sociais do antigo regime e foram na prática, substituídas por novas estruturas operativas e actantes, base de uma nova organização político-social de raiz socialista.

Infelizmente, porém, quase nunca se verificaram transformações deste tipo.

Assistiu-se, sim, ao desmantelamento de meia dúzia de grandes grupos financeiros e monopolistas; mas, paralelamente, e à medida que as nacionalizações se sucediam (a um ritmo impossível de absorver, por muito dinâmico que fosse o processo e por maior que fosse o grau de adesão do povo, sem grave risco de rotura do tecido social e cultural pré existente - é o que se verifica actualmente), foi-se assistindo à desagregação muito rápida das formas de organização social e económica que serviam de suporte a largas camadas da pequena e média burguesia, sem que fossem criadas novas estruturas capazes de assegurarem a gestão das unidades produtivas e dos circuitos económicos e de manterem o mínimo indispensável de normalidade nas relações sociais entre todos os portugueses.

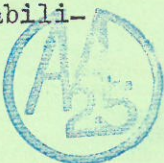
Entretanto, e paralelamente, verifica-se a progressiva decomposição das estruturas do Estado. Formas selvagens e anarquizantes de exercício do poder



foram-se instalando um pouco por toda a parte (até no interior das F.A.) retirando proveito dessa desordem as organizações ou formações partidárias mais experientes e ávidas do controle dos vários centros do poder. O MFA, que inicialmente se havia afirmado como suprapartidário, viu-se cada vez mais enleado nas manipulações politiqueras de partidos e organizações de massas, acabando por se ver comprometido com determinado projecto político que não correspondia nem à sua vocação inicial nem ao papel que dele esperava a maioria da população do País: o de guia e condutor dum processo de transformação profunda da sociedade portuguesa, com um claro projecto político de transição para o socialismo, independente dos partidos, embora sem dispensa do seu curso e com a mais ampla base social de apoio possível.

3. O País encontra-se profundamente abalado, defraudado relativamente às grandes esperanças que viu nascer com o MFA. Aproxima-se o momento mais agudo duma crise económica gravíssima, cujas consequências não deixarão de se fazer sentir ao nível duma rotura, já iminente, entre o MFA e a maioria do povo português. Alarga-se, dia a dia, o fosso aberto entre um grupo social extremamente minoritário (parte do proletariado da zona de Lisboa e parte do proletariado alentejano), portador de um certo projecto revolucionário, e praticamente o resto do País, que reage violentamente às mudanças que uma certa "vanguarda revolucionária" pretende impor, sem atender à complexa realidade histórica, social e cultural do povo português.

Finalmente, a fase mais aguda da descolonização (Angola) chega, sem que se tenha tomado em consideração que não era possível "descolonizar", garantindo uma efectiva transição pacífica para uma verdadeira independência, sem uma sólida coesão interna do poder político, e sem, sobretudo, se ter deixado de considerar que a "descolonização" devia continuar a ser, até se completar, o principal objectivo nacional. Vemo-nos agora a braços com um problema em Angola que excederá provavelmente a nossa capacidade de resposta, gerando-se um conflito de proporções nacionais que poderá, a curto prazo, ter catastróficas e trágicas consequências para Portugal e para Angola. O futuro duma autentica revolução em Portugal está, em todo o caso, comprometido, em função do curso dos acontecimentos em Angola, à qual nos ligam responsabili-





dades históricas inegáveis para além das responsabilidades sociais e humanas imediatas para com os portugueses que lá trabalham e vivem.

4. Todo este grave conjunto de aspectos da vida nacional têm vindo sistematicamente a ser escamoteados e, mais do que isso, profundamente adulterados, por larga parte dos meios de comunicação social, através de um rígido controlo partidário que sobre eles se exerce - particularmente dos nacionalizados - - assistindo-se hoje ao degradante e vergonhoso espectáculo da corrida de uma boa parte da população aos noticiários de emissoras estrangeiras sobre o nosso país.

Como se isto não fôsse já bastante, foi-se ao cúmulo de preparar um projecto de diploma que, ao instituir uma "comissão de análise" (o porque não uma "comissão de censura"?) servirá de ferro de lança apontado aos últimos e resistentes baluartes da imprensa livre neste país.

5. Não se pretende esgotar, neste documento, a crítica à acção do regime instituído após o 25 de Abril ou, em especial, das instituições após o 28 de Setembro de 1974. Recentemente, muitas contribuições críticas têm vindo a público que, no essencial, esclarecem sobre as debilidades fundamentais do actual regime.

Importa, ao grupo de oficiais que entendeu chegado o momento de tomar posição, definirem-se tão claramente quanto possível, perante o povo português e relativamente às várias instâncias de poder político e, em particular ao MFA. E assim, entendem deixar expresso, o seguinte:

- Recusam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que crê, obstinadamente, que uma "vanguarda" assente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa "vanguarda" nos centros de poder político e nas estruturas militares.

.../...



O dirigismo burocrático típico de regimes totalitários é frontalmente negado por aqueles que lutaram no passado contra o fascismo e coerentemente se colocam agora numa perspectiva de luta contra novas formas de totalitarismo.

- Recusam o modelo de sociedade social-democrata em vigor em muitos países da Europa Ocidental, porque acreditam que os grandes problemas da sociedade portuguesa não podem ser superados pela reprodução no nosso País dos esquemas clássicos do capitalismo avançado.

Seria um erro trágico, no momento em que tudo leva a crer que se avizinha uma crise geral e global do capitalismo, que se tentasse, mesmo à custa de benefícios reais imediatos mas manifestamente ilusórios, a repetição das experiências sociais-democratas.

- Lutam por um projecto político de esquerda, onde a construção duma sociedade socialista - isto é, uma sociedade sem classes, onde tenha sido posto fim à exploração do homem pelo homem - se realize aos ritmos adequados à realidade social concreta portuguesa, por forma a que a transição se realize gradualmente, sem convulsões e pacificamente.

Este objectivo só será atingido se, à teoria leninista da "vanguarda revolucionária", imposto os seus dogmas políticos de forma sectária e violenta, se opuser a estratégia alternativa da formação dum amplo e sólido bloco social de apoio a um projecto nacional de transição para o socialismo.

Este modelo de socialismo é inseparável da democracia política. Deve ser construído, pois, em pluralismo político, com os partidos capazes de aderir a este projecto nacional. Este modelo de socialismo é inseparável, ainda, das liberdades, direitos e garantias fundamentais. Não se nega que possam sofrer transformações do seu conteúdo à medida do avanço do processo histórico. No entanto, uma concepção revolucionária de socialismo, para um país europeu como Portugal, inserido no contexto geo-político e estratégico em que se encontra, e com o passado histórico e cultural que é o seu, não desvincula o problema fulcral da



liberdade humana do da construção do socialismo.

- Reclamam e lutam por uma autêntica independência nacional (tanto política como económica) o que significa aplicação coerente dum política externa adequada às nossas realidades históricas culturais e geo-políticas, o que implica:
  - abertura de relações com todos os países do mundo, na base da igualdade, respeito mútuo e não ingerência nos assuntos internos de cada país, tendo em conta a necessidade de independência relativamente às grandes potências:
    - manutenção das nossas ligações com a Europa, reforçando e aprofundando as relações com certos espaços económicos (CEE, EFTA);
    - franca abertura em relação ao Terceiro Mundo (com particular relevo para as nossas antigas colónias) e países árabes;
    - Aprofundamento das relações com os países socialistas do leste europeu.
  - desenvolvimento dum estratégia da área do Mediterrâneo, em conjugação com todos os países interessados, tanto europeus como árabes.
- Lutam por recuperar a imagem primitiva do MFA, no sentido em que o MFA só teve aceitação universal enquanto aparelho autónomo de produção política e ideológica.

Assim se explica o consenso que se formou em torno do seu Programa. Considera-se indispensável, pois, para a resolução correcta da crise gravíssima que o país atravessa, que o MFA não só se afirme suprapartidário como desenvolva uma prática política realmente isenta de toda e qualquer influência dos partidos. Só assim reunirá condições para recuperar a sua credibilidade e cumprir a sua vocação histórica de árbitro respeitado e motor do processo revolucionário.

.../...



- A resolução da crise do poder no interior do MFA - e, portanto, da questão do poder ao nível do Estado - não terá, porém, saída, enquanto tratada apenas ao nível dos diferendos ideológicos. É indispensável, na prática, encontrar solução adequada para o problema da dispersão dos "centros de poder". Sem o mínimo de "unidade de comando" a direcção política revelar-se-á cada vez mais fluída, vagando perdida no mar encapelado de decisões arbitrárias duma 5ª. Divisão do EMGFA, duma Assembleia do MFA, de Assembleias militares ad-hoc reunidas imprevista e misteriosamente, de Gabinetes de Dinamização, do Conselho da Revolução, do COPCON, de Sindicados, etc.. Ao Governo, nestas condições, que espaço político de manobra lhe resta e com que autoridade actua? nenhuns planos poderão ser coerentemente concebidos e aplicados sem um Governo que, por um lado, não deixe margens para dúvidas quanto à sua capacidade de execução do projecto político global definido pelo MFA e que, por outro, seja revestido da autoridade necessária para se fazer obedecer.

6. Em cada dia, a cada hora que passa, multiplicam-se os sinais evidentes duma agitação social que tende perigosamente a alastrar, submergindo o país numa onda de violência incontrolável.

Acumulam-se factores que geram a promoção duma ampla base social de apoio ao regresso do fascismo. E é ridículo dizer-se, como certas formações políticas e certos órgãos de informação, que são, "manobras da reacção". O descontentamento, o mal-estar, a angústia, são reais e por demais evidentes e têm a sua causa profunda em erros de direcção política acumulados ao longo dos últimos meses e em desvios graves de orientação no interior do próprio MFA.

Que fazer?

Encontramo-nos em mais uma encruzilhada da história, e é ao MFA, uma vez mais, que compete assumir o peso maior das responsabilidades para com o povo português.

.../...



Só assim, também, poderá <sup>esperar</sup> que um grande bloco social de apoio, englobando o proletariado urbano e rural, pequena burguesia e largos estratos da média burguesia (incluindo técnicos e intelectuais progressistas) possa ainda formar-se, criando a base de sustentação indispensável à realização prática das grandes transformações por que deve passar a sociedade portuguesa.

- Recusam a instituição de uma política que assente em medidas e práticas demagógicas, qualquer que seja o seu carácter, que mais não são do que a prova da real incapacidade de equacionar os grandes problemas da sociedade portuguesa e de lhes encontrar soluções adequadas e justas; termos de uma política de equilíbrio e verdade, única forma legítima de obter uma ampla mobilização das bases sociais de apoio.
- Entendem que a tão falada questão da "crise de autoridade" reflecte a questão mais geral do "poder político". Onde se situa o poder político? Quem é o seu real detentor? Como faz uso dele?

Julga-se que a questão do poder não é tanto o problema do poder ao nível das instâncias governativas como ao nível do MFA. Isto é: a questão do poder é a questão do poder no interior do MFA.

A clarificação deste problema é tarefa prioritária. Sem isso, não é possível atacar a fundo o problema da organização do Estado, evitando a sua completa ruína. As divergências surgidas no seio do MFA são o reflexo de projectos ideológicos distintos. Projectos incompatíveis entre si, pois não é possível conciliar uma concepção totalitária de organização da sociedade com uma concepção democrática e progressista ou ainda com vagas concepções populistas de feição anarquizante.

É necessário denunciar vigorosamente o espírito fascista subjacente ao projecto que, dizendo-se socialista, acabará na prática numa ditadura burocrática dirigida contra a massa uniforme e inerte dos cidadãos dum país.

É necessário repelir enérgicamente o anarquismo e o populismo que conduzem inevitavelmente à catastrófica dissolução do Estado, numa fase de desenvolvimento da sociedade em que, sem Estado, nenhum projecto político é viável.

.../...





conscientemente

É imperioso escolher a via para o socialismo, sem violar a vontade da grande maioria dos portugueses, conquistando hesitantes ou descontentes pela persuasão e o exemplo. Terá de competir ao MFA, em completa independência dos partidos políticos, mas tendo em conta o papel que estes podem e devem representar, definir um projecto político de transição para o socialismo.

É necessário reconquistar a confiança dos portugueses, acabando os apelos ao ódio e as incitações à violência e ao ressentimento. Trata-se de construir uma sociedade de tolerância e de paz e não uma sociedade sujeita a novos mecanismos de opressão e exploração, o que não poderá ser realizado com a actual equipe dirigente, ainda que parcialmente renovada, dada a sua falta de credibilidade e manifesta incapacidade governativa.

É preciso, finalmente, conduzir o país, com justiça e equidade, e segundo regras firmes e estáveis, em direcção ao socialismo, à democracia e à paz."

